



Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021



Ciências Sociais Aplicadas:
Recursos Teórico-metodológicos
na Construção de Perspectivas
Originais de Análise

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: recursos teórico-metodológicos na construção de perspectivas originais de análise

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: recursos teórico-metodológicos na construção de perspectivas originais de análise / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-008-4
DOI 10.22533/at.ed.084212704

1. Ciências sociais aplicadas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-Metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise* apresenta 19 artigos, decorrentes de pesquisas teóricas e de campo. Assim, encontraremos trabalhos decorrentes de: levantamento bibliográfico, análise documental, análise de conteúdo, revisão de literatura, pesquisas exploratórias, observação participante, pesquisa-ação, entrevistas, dentre outros.

A coletânea nos possibilita através das riquezas de análise acessar experiências, que se articulam com discussões entre si, tais como: sustentabilidade, meio ambiente, cultura, condições de moradia, espaço urbano, dentre outras, colocando em pauta a forma como vivemos em sociedade.

A característica interdisciplinar das discussões enriquece o debate e impulsiona as conexões. Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os trabalhos, saborear as leituras e realizar suas próprias conexões entre o cotidiano vivido e as leituras.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O ESTADO EM PERSPECTIVA: DO CONTRATUALISMO À TEORIA MATERIALISTA HISTÓRICA

Deyvid Braga Ferreira
Adilza Rita Gomes Gonçalves do Amaral
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros
Jéssica Antunes Figueiredo
Josenilda Rodrigues de Lima
Simone Natividade Santos
Samuel Barbosa Silva
Islan Lisboa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0842127041

CAPÍTULO 2..... 15

A UTILIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Albano de Freitas Dias Junior
Eliene Dias Marcondes
Rafael Alexandre Halphen

DOI 10.22533/at.ed.0842127042

CAPÍTULO 3..... 20

DESENRAIZANDO A *GROUNDED THEORY*

Carla Severiano de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.0842127043

CAPÍTULO 4..... 29

SYSTEMATIZATION OF THE INSTITUTIONALISM OF DOUGLASS NORTH AND A PARALLEL WITH THE THEORY OF GEOFFREY HODGSON

Elson Cedro Mira

DOI 10.22533/at.ed.0842127044

CAPÍTULO 5..... 55

ECONOMIA, SEUS INDICADORES E A TOMADA DE DECISÃO EM AMBIENTE DE ESCASSEZ

Vicente Carneiro Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.0842127045

CAPÍTULO 6..... 63

“LISBOA CRIATIVA”: POR QUE É TÃO IMPORTANTE CONECTAR

Carla Moreira Martins de Barros

DOI 10.22533/at.ed.0842127046

CAPÍTULO 7	77
DESARROLLO SOSTENIBLE: UN RETO PARA MÉXICO	
Elías Gaona Rivera	
Karen Marcela Orozco Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.0842127047	
CAPÍTULO 8	92
USO DE CONTAINERS COMO MORADIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÃO DOS MORADORES E PROFISSIONAIS DA ÁREA	
Ana Lígia de Barros Sybalde	
Eduarda Luciana Larissa de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0842127048	
CAPÍTULO 9	95
CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM SÃO LUÍS	
José Ricardo de Jesus Pinto Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.0842127049	
CAPÍTULO 10	108
CONSTRUINDO O MEDO COMO FORMA DE VENDER CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
Antonio Andrade Mota	
Laila Nazem Mourad	
DOI 10.22533/at.ed.08421270410	
CAPÍTULO 11	124
DA CONCEITUAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA AO DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO PARA A APLICAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS	
Lara Reis Rodrigues	
Maximiliano Engler Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.08421270411	
CAPÍTULO 12	138
ESTRATÉGIAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL ADOTADAS EM EMPRESAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS E NÃO AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS	
Juliana Reck	
Karine Ruwer	
Aládio Zanchet	
Martin Airton Wissmann	
DOI 10.22533/at.ed.08421270412	
CAPÍTULO 13	158
TURISMO E MEIO AMBIENTE: CARTA ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI'</i> SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM	
Eduardo Taborda de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.08421270413	

CAPÍTULO 14.....	169
O PERFIL DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE O PERCURSO E SUAS CARACTERÍSTICAS	
Bruna Gabrielle Souza Assenção	
Giselle Silva Gomes Ferreira	
Marilan Jessica Monteiro da Silva Pissolatto	
Márcia Sumire Kurogi Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.08421270414	
CAPÍTULO 15.....	183
OFERTA DE TRANSPLANTES RENAI S E FATORES ASSOCIADOS: ANÁLISE EXPLORATÓRIA ESPACIAL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL	
Yasmine Candida da Mata Mendonça	
Cássia Kely Favoretto	
José Luiz Parré	
Giácomo Balbinotto Neto	
Marcio Marconato	
DOI 10.22533/at.ed.08421270415	
CAPÍTULO 16.....	208
BRÁULIO BESSA E JOSÉ AUGUSTO “SERGIPANO”: DOIS ARTISTAS EM UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA DE <i>HABITUS</i> , CAMPO, CAPITAL E TRAJETÓRIA	
Márcio Renan Correa Rabelo	
Ricardo Thadeu Guimarães Souza	
DOI 10.22533/at.ed.08421270416	
CAPÍTULO 17.....	218
FUTEBOL SOB O AUTORITARISMO DITATORIAL	
Daniel Perdigão	
Michelle Zampieri Ipolito	
DOI 10.22533/at.ed.08421270417	
CAPÍTULO 18.....	232
DO AUTORRETRATO AO SELFIE: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ESPELHOS DIGITAIS	
Antonia Zeneide Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.08421270418	
CAPÍTULO 19.....	240
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA	
Sérgio Gini	
DOI 10.22533/at.ed.08421270419	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	256
ÍNDICE REMISSIVO.....	257

CAPÍTULO 1

O ESTADO EM PERSPECTIVA: DO CONTRATUALISMO À TEORIA MATERIALISTA HISTÓRICA

Data de aceite: 23/04/2021

Deyvid Braga Ferreira

UMJ/AL

Adilza Rita Gomes Gonçalves do Amaral

UMJ/AL

Lívya Ramos Sales Mendes de Barros

UMJ/AL

Jéssica Antunes Figueiredo

UMJ/AL

Josenilda Rodrigues de Lima

UFAL

Simone Natividade Santos

UFAL

Samuel Barbosa Silva

UFAL

Islan Lisboa da Silva

UFAL

RESUMO: O objetivo deste artigo é fazer uma revisão de literatura, contrapondo duas formas diametralmente opostas de se falar do fenômeno Estado: a de Direita, que defende a teoria contratualista e a de viés mais crítico, de Esquerda, que pensa o Estado a partir do materialismo histórico – dialético. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Os resultados desta pesquisa mostraram que Marx realmente desenvolveu uma teoria do

Estado, submetendo este ente à uma análise materialista histórica, podendo assim demonstrar e desvelar seu surgimento e sua subordinação a burguesia e ao capital, enquanto classes (ou suas frações) que buscam/almejam o consenso.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Contratualismo. Materialismo histórico-dialético.

THE STATE IN PERSPECTIVE: FROM CONTRACTUALISM TO HISTORICAL MATERIALIST THEORY

ABSTRACT: The objective of this article is to review the literature, contrasting two diametrically opposed ways of talking about the State phenomenon: that of the Right, which defends the contractualist theory and that of the more critical bias, of the Left, which thinks the State from materialism historical - dialectical. The methodology used to unveil this problem was qualitative research, with bibliographic review. The results of this research showed that Marx really developed a theory of the State, submitting this entity to a historical materialist analysis, thus being able to demonstrate and unveil its emergence and its subordination to the bourgeoisie and to capital, as classes (or their fractions) that seek / aspire to consensus.

KEYWORDS: State. Contractualism. Historical-dialectical materialism.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o fim das eleições de 2018, observamos um projeto societário alinhado ao capital e suas frações de classe, recrudescendo

direitos trabalhistas historicamente conquistados com muito suor e sangue, além de privatizações de empresas estatais tidas por estratégicas em outros governos.

O discurso oficial que legitima esta situação, advoga a tese de que o Estado é para todos, e quais medidas são necessárias; que são precisos sacrifícios de todos, pois estamos ligados por um contrato firmado na eleição do projeto societário que logrou-se vencedor e este é o único caminho possível.

E estas modificações nos direitos e nas leis vão sendo impostas a sociedade, como única forma possível de se superar as crises e, através de projetos de leis com a chancela da população (pois foi ela quem elegeu os políticos que lá estão), vamos sendo cada vez mais tolhidos enquanto cidadãos.

Mas, sabendo que a sociedade é complexa e fracionada, como pensar nesse ente chamado “ESTADO”, que deverá ser o fiador de todas as relações sociais, chancelando o que deve ou não ser permitido e quais rumos poderemos navegar? Será que esse contrato entre a sociedade e o governo realmente é a teoria mais interessante ou poderíamos pensar de outra forma, mais crítica, onde o materialismo histórico-dialético poderia nos apresentar outras facetas?

É para tentar responder estas perguntas que surge o presente artigo, fazendo uma revisão bibliográfica entre os três teóricos contratualista mais citados¹: Hobbes, Locke e Rousseau e o “*18 de brumário de Luís Bonaparte*”, e qual a relação do direito com estas premissas.

2 I DO CONTRATUALISMO À ANÁLISE MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA

2.1 O direito como um dos fiadores do capital

Advogamos a tese de que o homem começa seu percurso na terra, primeiro de forma individual (nossos primeiros antepassados). Sozinho, não há necessidade de regras ou de se pensar em quaisquer tipos de condutas voltadas a construção do coletivo. Depois, começam a formarem-se grupos.

Com a complexificação das relações sociais, a necessidade de divisão de tarefas, a produção e comercialização de mercadorias além da preservação e aquisição de patrimônio; surge a necessidade de se repensar num ente garantidor das relações comerciais/mercantis: o Estado.

Será o Estado, então, o fiador das relações comerciais, emprestando “segurança jurídica” a formalização e execução dos processos de trocas de mercadorias no comércio, através de algo bastante engenhoso: transformar algo insipiente que começa complexo e cheio de desconfianças (pensar do Estado feudal ao Estado moderno) = as relações de troca mercantis; em algo deveras: habitual, costumeiro, rotineiro, digamos até trivial.

Será através do contrato, instrumento maior do MPC e elemento de fluidez das

¹ Devido a limitação de espaço, não falarei de Hegel.

mercadorias, que o **Direito legitima o Estado**. Primeiro, a burguesia enquanto classe revolucionária, luta pela conquista de Leis que privilegiem o comércio e as novas relações sociais. Depois, lutam para que o Estado acompanhe esta evolução, e a nova forma de subordinação entre classes. Mas o contrato não é visto de forma negativa, aliás, ele é alçado a elemento garantidor de perpetuidade social, de continuidade e de ascensão.

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. [grifos nossos] (MARX&ENGELS, 2007, pp. 47)

Sob esta via, constrói-se a figura do Estado (ABBAGNANO, 2007) como um ente personificado, soberano perante a comunidade Internacional, politicamente organizado e detentor de regime jurídico próprio, onde o conjunto de suas instituições legalmente personificadas controla e administra os rumos: de seu povo e de seu território e de sua soberania, devendo propiciar as condições necessárias ao desenvolvimento de seu povo. Entretanto, como fazer isso, como atender aos anseios das antagônicas classes sociais, se o Estado encontra-se não só controlado, mas é um instrumento de manutenção das classes dominantes?

Através do contrato, de um pacto firmado por nossos antepassados que irá não só legitimar o projeto societário, mas incidir diretamente em nossa memória discursiva, atuando como um discurso fundador, que trará estabilidade aos discursos outros, incidindo sobre o “*espírito humano*”.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. **A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.** As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. [grifos nossos] (MARX&ENGELS, 2007, pp. 47).

É sobre esta “*base espiritual*” que surge um grupo de pensadores, onde se destacam as figuras de: Hobbes, Locke e Rousseau, que elaboram uma **teoria contratualista do Estado**, que busca não só explicar o surgimento do Estado, mas de legitimar a relação entre os exploradores e explorados, subsidiada pelo próprio Estado, uma vez que se questionava o motivo pelo qual havia tanta miséria para tantos e tanto luxo para tão poucos, validando

o poder e a forma política vigente, de modo a manter a subserviência dos que estão sob sua égide.

O simples ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente nos impõe as seguintes determinações 'racionalis' preestabelecidas: (a) o quanto (ou quão pouco) se pode considerar questionável; (b) de que ponto de vista; e (c) com que finalidade. (MESZÁROS, 2004, pp. 14)

Nesse sentido, analisemos o efeito de evidência² na terminologia “teoria contratual” proposta, onde as partes livres e desimpedidas (típicos sujeitos de direito), em pleno gozo de sua liberdade e sem quaisquer impedimentos, tergiversam acerca do que podem ou não fazer com o Estado, de forma extremamente parcimoniosa (apagando todos e quaisquer tipos conflitos)!

2.2 A teoria contratual

Em **Hobbes**, a teoria contratualista tem por cerne, a criação de um leviatã, de um Deus Mortal necessário à preservação do próprio homem; é indispensável na história, para a perpetuação da própria espécie humana.

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (...) Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembléia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. (...) (HOBBES, 2011, p. 61)

Para esse autor, o homem em seu estado natural é mau por natureza e vive em constante insegurança e beligerância, pois o que o governa é o medo de ser subjugado por outro homem mais forte ou inteligente e, este outro mais forte e inteligente vive com um eterno medo de também ser subjugado por outro mais inteligente e mais forte, existindo-se assim um ciclo infinito de desconfiança e temor entre os habitantes das comunidades. Com isto, Hobbes advoga que em virtude da escassez dos produtos naturais, em virtude da escassez das matérias primas, em virtude da escassez da própria natureza como fonte mantenedora da espécie humana, todos os homens terão direito a tudo.

2 Não falarei de efeito de sentido, pois acho interessante o leitor primeiro ver os recortes da produção intelectual desta tríade burguesa (Meszáros, 2005), para depois refletir dentro de uma perspectiva materialista histórica, algo tão comum, mais tão caro para o capital: criar a ilusão que todos somos iguais perante a lei, para legitimar toda a sorte de exploração possível.

Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro e disto se segue que, quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho; mas também de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros. E contra esta desconfiança de uns em relação aos outros, nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação; isto é, pela força ou pela astúcia, subjugar as pessoas de todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. E isto não é mais do que sua própria conservação exige, conforme é geralmente admitido. (...). Conseqüentemente, esse aumento do domínio sobre os homens, sendo necessário para a conservação de cada um, deve ser por todos admitido. (idem,p. 46)

É sob esta ótica, que nasce sua célebre frase: “*homo lúpus homini*” (o homem é lobo do próprio homem). Entretanto, também existe no homem o desejo, uma busca pela paz, mas isso só é alcançável através do firmamento de um pacto, um contrato social, onde será avençado que os contratantes deleguem todos os seus direitos a contratado, que será uma autoridade suprema, um leviatã, um deus mortal e inquestionável, que de forma absoluta e centralizada assegura a manutenção não só da harmonia social, mas da segurança dos cidadãos. “Por outro lado, os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito”. (Ibidem, p. 46)

Já para **Locke** o contrato social assume contornos diferentes do que prega Hobbes. Este contrato baseia-se, sobretudo, na confiança e no consentimento dos súditos. O objetivo deste contrato será a centralização política do Estado e uma coordenação administrativa do mesmo. Em polo diametralmente oposto a Hobbes, Locke afirma que a função principal do Estado é manter a segurança dos cidadãos, garantir os direitos individuais e proteger a propriedade privada (que é adquirida desde o primeiro nascimento, com Adão e Eva no paraíso, mas não se perpetua pelo lapso temporal) mantida pelo esforço e suor de seu proprietário “legítimo”.

Se o homem é tão livre no estado de natureza (...), por que renunciaria a sua liberdade, (...) para sujeitar-se à dominação e ao controle de qualquer outro poder? A resposta é evidente: ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro. Isso faz com que ele deseje abandonar esta condição, que, embora livre, está repleta de medos e perigos contínuos; e não é sem razão que ele solicita e deseja se unir em sociedade com outros, que já estão

reunidos ou que planejam-se unir, visando a salvaguarda mútua de suas vidas, liberdades e bens, o que designo pelo nome geral de propriedade. (LOCKE, 1994, p. 157). (Sic)

Outro aspecto diferenciador é a possibilidade de se recorrer à justiça em caso de lesão ou violação aos direitos dos súditos pelo governante. Em caso de descumprimento do acordado contratualmente, caberá uma rebelião contra este ato. Já que é Deus a fonte de nosso direito e da nossa terra, e o governante não é Deus, nada mais justo que se rebelar contra o ato déspota.

Seja quem for que detenha (...) o poder supremo, de uma comunidade civil, deve governar através de leis estabelecidas e permanentes, promulgadas e conhecidas do povo, e não por meio de decretos improvisados; por juízes imparciais e íntegros, que irão decidir as controvérsias conforme estas leis; e só deve empregar a força da comunidade, em seu interior, para assegurar a aplicação destas leis, e, no exterior, para prevenir ou reparar as agressões do estrangeiro, pondo a comunidade ao abrigo das usurpações e da invasão. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo. (Idem, p. 160).

Em **Rousseau**, o contrato social é o coroamento das relações harmônicas entre os seres humanos. Diferente de Hobbes, em que o homem é um ser mau por natureza, para Rousseau o homem nasce bom, sendo a sociedade o elemento de seu corrompimento. Advoga a tese de que todos os homens nascem livres e iguais em direitos e em obrigações, motivo pelo qual no contrato, os indivíduos não renunciam aos seus direitos inerentes (os direitos naturais).

Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatada toda moralidade a suas ações, bem como subtrair toda liberdade à sua vontade. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites. (ROUSSEAU, 2011, p. 07).

Eles apenas entram em acordo para que seja criado um ente (o Estado) que lhes possa dar proteção, e preservar-lhes tais conquistas. Um ponto que merece destaque, é que para Rousseau o Estado deve manter a vontade geral, de sorte que todos devem obedecer ao que a maioria decide, que é o justo.

Eu imagino os homens chegados ao ponto em que os obstáculos, prejudiciais à sua conservação no estado natural, os arrastam, por sua resistência, sobre as forças que podem ser empregadas por cada indivíduo a fim de se manter em tal estado. (...) Esta dificuldade, reconduzida ao meu assunto, pode ser enunciada nos seguintes termos: Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema

fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. As cláusulas deste contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito; de sorte que, conquanto jamais tenham sido formalmente enunciadas, são as mesmas em todas as partes, em todas as partes tacitamente admitidas e reconhecidas, até que, violado o pacto social, reentra cada qual em seus primeiros direitos e retoma a liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual ele aqui renunciou. (Idem, p. 08 – 09).

2.3 A teoria materialista do Estado

Se por um lado, os teóricos contratualista tentam demonstrar que o Estado surge do consenso social, objetivando paz e harmonia através do binômio cessão x garantia de direitos (pensamos aqui direitos de primeira dimensão: vida, liberdade e propriedade privada); no marxismo poderemos entender o **Estado** como produto dos antagonismos entre as diferentes classes sociais. Com isso, busca-se a administração parcimoniosa dos conflitos; não sua resolução. Isso ocorre porque se não houver essa administração dos conflitos entre as classes, ambas poderão fenecer, sendo importante manter os conflitos dentro de certos parâmetros. Estes parâmetros são aqueles aceitáveis pelas classes hegemonicamente dominantes, de modo que a “exploração de uma classe por outra”, mantenha-se incólume.

[...] Com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. **O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.** [grifos nossos] (MARX & ENGELS, 2008, p. 47)

Marx (2011c), busca teorizar sobre o Estado, analisando a conjuntura política da França, entre dezembro de 1851 a março de 1852 em sua obra: “**O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**”, numa perspectiva materialista histórica e dialética, refletindo acerca de como ocorre o golpe que leva à tomada do poder e do Estado francês por **Luis Bonaparte** (ou **Napoleão III**, sobrinho de Napoleão Bonaparte) e o porquê da permissibilidade da burguesia em ceder seu poder político para alguém alheio a sua casta.

O 18 de Brumário do ano VIII (o primeiro Brumário) foi originalmente o golpe de Estado dado por **Napoleão Bonaparte** (ou **Napoleão I**) em 09 de novembro de 1799, que manteve a alta casta da burguesia³ no poder, modificando o governo francês progressivamente de um Diretório para uma Monarquia ditatorial. A data de número “18” faz alusão ao dia 09 de novembro do calendário gregoriano, enquanto “*Brumário*” (significando nevoeiro, neblina) corresponde ao segundo mês do calendário revolucionário francês de 1792, que buscava o rompimento com a igreja e suas tradições, exortando a fauna e flora locais.

Desde a escolha do título (2011c), o autor nos instiga a refletir sobre o Estado,

³ A palavra burgues deriva de “*burgos*”, que significa cidade ou vila fortificada. Neste local, sua população dedicava-se a troca de mercadorias com outros feudos e a produção artesanal (divididos em mestres e aprendizes). Com a derrocada do MPF para o MPC, esta nova classe começa a ascender e a ganhar poder econômico.

acerca dos movimentos revolucionários que eclodiram no mês de fevereiro de 1848 na Europa, em especial na França, e de que forma tais acontecimentos irrompem na eleição de 02 de dezembro onde Luís Bonaparte torna-se presidente e, ironicamente após quase três anos de eleito, declara-se imperador francês permanecendo no poder até 1870.

Todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes¹. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. [...]

E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (Grifos nossos)(2011c, pp. 25-26)

Mas se estávamos diante de um Estado Feudal, como se deu a passagem para o Estado Moderno? Neste sentido, Marx (2011c) nos mostra que Napoleão I fora o precursor das mudanças necessárias no “*ancient régime*”⁴, pois com a passagem do Modo de Produção Feudal ao Modo de Produção Capitalista a ascendente classe burguesa esforçava-se para ocupar os espaços tidos por inamovíveis pela monarquia.

[...] Criou, dentro da França, as condições que possibilitaram o desenvolvimento da livre concorrência, a exploração da propriedade fundiária parcelada, a liberação da força produtiva industrial da nação, e, fora das fronteiras francesas, varreu do mapa todas as instituições feudais na medida em que isso se fez necessário para propiciar à sociedade burguesa da França um ambiente atualizado e condizente no continente europeu. (MARX, 2011c, pp. 26)

Era necessário passar do Estado absolutista para o Estado Moderno, que é eminentemente burguês. Por isso, a burguesia aproveita-se do modelo deixado pelo feudalismo e o aperfeiçoa. Nesse contexto, podemos observar que a burguesia, ao chegar ao poder, trata logo de impor à população um conjunto de regras chamadas de “constituição”, que serve apenas para impor limites aos revolucionários, mantendo o mesmo “*status quo*” de outrora.

Mais tarde, essas leis orgânicas foram implementadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal modo que a burguesia, ao gozar delas, não ficasse chocada ao ver as demais classes gozarem dos mesmos direitos. Quando ela proibiu “aos outros” essas liberdades ou lhes permitiu gozá-las sob condições que implicavam outras tantas armadilhas policiais, isso sempre ocorreu apenas no interesse da “segurança pública”, isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição. Em consequência, ambos os lados se reportam, posteriormente e com toda razão, à Constituição, tanto os amigos da ordem que suprimiram todas aquelas liberdades quanto os democratas que exigiram o seu

4 Antigo Regime. Neste caso, fazemos alusão ao Feudalismo ou MPF (Modo de Produção Feudal).

cumprimento. Isso se deve ao fato de que cada parágrafo da Constituição contém a sua própria antítese, a sua câmara superior e a sua câmara inferior, a saber, na sentença universal, a liberdade e, na nota marginal, a revogação da liberdade. (MARX, 2011c, p. 42)

Só que neste Estado moderno, fruto do Modo de produção Capitalista, existirão características que o diferenciam dos outros Estados gestados em diferentes Modos de Produção, pois é com o capital que há a premente necessidade de seu aperfeiçoamento a esta nova formatação, esta nova engrenagem, assim como o direito, precisaria ser aperfeiçoado e ajustado. É possível então, dentro de uma perspectiva materialista histórica, identificarmos características que seriam comuns a todos os Estados burgueses em geral.

[...] com a sua monstruosa organização burocrática e militar, com a sua máquina estatal multifacetada e artificiosa, esse exército de funcionários de meio milhão de pessoas somado a um exército regular de mais meio milhão, essa terrível corporação de parasitas, que envolve o organismo da sociedade francesa como uma membrana e entope todos os seus poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, na época da decadência do sistema feudal, para cuja aceleração contribuiu. Os privilégios senhoriais dos proprietários de terra e das cidades se transformam na mesma quantidade de atributos do poder estatal, os dignitários feudais passam à condição de funcionários remunerados e o catálogo multicor dos potentados medievais conflitantes se converte em plano regulamentado de um poder estatal cujo trabalho é dividido e centralizado como numa fábrica. (2011c, p. 140).

A primeira característica será uma aparente⁵ autonomia do Estado, que nestes períodos subordina toda a sociedade, tanto a burguesia e suas frações quanto o proletariado e suas divisões, de forma indistinta e com maior ou menor rigor, vigiando e censurando a tudo e a todos, não importando se tais situações ocorrem nos bares ou salões, na imprensa ou por opinião pública.

Ela destruiu a imprensa revolucionária; a sua própria imprensa foi destruída. Ela colocou as Assembleias populares sob a vigilância da polícia; os seus próprios salões culturais foram vigiados pela polícia. Ela dissolveu as Guardas Nacionais democráticas; a sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Ela decretou o estado de sítio; o estado de sítio foi decretado sobre ela. Ela substituiu os júris pelas comissões militares; os seus júris foram substituídos por comissões militares. Ela submeteu o ensino popular aos padrecos; os padrecos a submeteram ao seu próprio ensino. Ela deportou sem julgamento; ela foi deportada sem julgamento. Ela reprimiu toda e qualquer manifestação da sociedade mediante o poder estatal; toda e qualquer manifestação da sua sociedade foi esmagada pelo poder estatal. Motivada por sua bolsa de dinheiro, ela se rebelou contra os seus próprios políticos e escritores; os políticos e escritores foram eliminados, mas, tendo sido desse modo amordaçada a sua boca e quebrada a sua pena, também a sua bolsa de dinheiro foi saqueada. (2011c, pp. 137-138).

5 Diremos aparente, pois seu escopo é manter o MPC, socorrendo-o sempre que necessário, corroborando para sua perpetuação, mesmo que seja preciso investir/injetar dinheiro público, na iniciativa privada, para ela não quebrar...

A **segunda característica** será a burocratização presente na/ para a requisição/ realização formal de serviços pelo Estado e sua administração. Para Marx, o conceito de burocracia é pejorativo, pois como característica essencial ao modelo do Estado Moderno, sendo este um dos produtos aperfeiçoados do Modo de Produção Capitalista, a burocracia irá refratar uma relação social de classes, onde as decisões a serem proferidas pelas instituições ou órgãos detentores do poder de decisão e aqueles que buscam a oferta de seus serviços, irão influenciar no deferimento ou não dos pedidos formulados.

E uma enorme burocracia, bem engalanada e bem nutrida, é de todas as “*idées napoléoniennes*” a que mais agrada ao segundo Bonaparte. E nem poderia ser diferente, porque ele é obrigado a criar, ao lado das classes reais da sociedade, uma casta artificial que possui um interesse existencial na preservação do seu regime. Por conseguinte, as suas primeiras operações financeiras foram conceder aumento de salário aos funcionários, restabelecendo o valor antigo, e criar novas sinecuras. (2011c, pp. 148).

A **terceira característica** será o monopólio do “uso legítimo” da força (Exércitos, Polícias...) e de todo o Aparelho Repressor de Estado, que lhe serve para afastar de forma psicológica ou violenta, quaisquer atentados a seus negócios privados.

Ele tem a proteção do conjunto das Forças Armadas. Ele goza do privilégio de poder indultar criminosos individuais, suspender a atividade das guardas nacionais, destituir com o consentimento do Conselho de Estado os conselhos gerais, cantonais e comunitários eleitos pelos próprios cidadãos. . (2011c, pp. 44).

A **quarta característica** é de caráter ideológico. Consiste no modo de controle acerca do que pode e deve ser ensinado oficialmente. Que valores devem ser passados pela a população, assim como que fatos históricos deverão ou não ser ensinados, deverão ou não serem tidos como verdadeiros.

Outra “*idée napoléonienne*” é a dominação exercida pelos padrecos como expediente de governo. Porém, ao passo que a parcela recém-criada, em sua harmonia com a sociedade, em sua dependência das forças da natureza e em sua submissão à autoridade que a protegia a partir de cima, era naturalmente religiosa, a parcela corroída pela dívida, em conflito com a sociedade e a autoridade e forçada a superar a sua própria limitação é naturalmente irreligiosa. O céu era um belo complemento à estreita faixa de terra recém-adquirida, sobretudo porque ele proporcionava o clima; mas ele se torna um insulto quando é inculcado como substituto da parcela. Nesse caso, o padreco nada mais é que o sabujo unguido da polícia terrena. (2011c, pp. 148).

Neste tópico, vemos também a questão da interdição/ censura na imprensa e na educação onde se escolhe cuidadosamente o que pode ou não ser veiculado, e de que forma, de modo a manter as massas populacionais e outros grupos de interesses desinformados ou apenas com parte da informação que o grupo dominante ou sua fração achar conveniente/ interessante.

[...] amaldiçoando todas as revoluções futuras, presentes e passadas, incluindo aquelas que os seus próprios líderes haviam protagonizado, e mediante leis que amordaçaram a imprensa, destruíram a associação e regulamentaram o estado de sítio como instituto orgânico. (2011c, pp. 72).

A quinta característica é atrelada à questão da luta de classes. Cremos ser correta a afirmação de que não existe uma classe dominante, não como elemento isolado e homogêneo por si só. O que existem são frações de classes, dentro da classe dominante, cada uma com seus próprios interesses e anseios, onde todos se inserem na estrutura material de reprodução social, brigando pela defesa de seus próprios benefícios.

Quem negaria que, simultaneamente, velhas lembranças, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, artigos de fé e princípios os ligavam a esta ou àquela casa real? Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. (2011c, pp. 60).

É justamente por causa deste tópico, que podemos entender o *18 de Brumário de Luís Bonaparte*: o motivo que leva a casta dominante e suas frações, por duas vezes, a buscar alguém de fora de seu círculo, para conduzir o controle da máquina Estatal, já que suas frações não se entendiam e não conseguiam governar, além de uma insipiente nova revolução proletária,

A burguesia, pelo visto, não tinha outra alternativa senão eleger Bonaparte. [...] Assim também bradou a burguesia francesa após o *coup d'état*: o único que ainda pode salvar a sociedade burguesa é o chefe da Sociedade 10 de Dezembro! [...] Na condição de Poder Executivo que se tornou independente, Bonaparte sente-se chamado a assegurar a "ordem burguesa". Todavia, o segmento forte dessa ordem burguesa é a classe média. Por conseguinte, ele se percebe como representante da classe média e promulga decretos nesse sentido. . (2011c, pp. 150).

A sexta característica está relacionada com a multiplicidade dos partidos políticos, que buscam nos seus próprios interesses e nos daqueles que o controlam, sua razão de existir, com alianças e conchavos escusos, que não representam o proletariado ou a população, mas a manutenção do projeto societário capitalista.

E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses; deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade. (2011c, pp. 60-61)

31 CONCLUSÃO

Em outra obra, Marx (2011a) nos mostra que o Estado, como mais uma das engrenagens aperfeiçoadas pelo atual modo de produção, tem o dever de amparar o capital para que este sugue, de forma ilimitada, toda e qualquer gota de sangue da força de trabalho (pp.399), utilizando-se de todos os meios, inclusive os de violência legitimada (policiais, leis, tribunais ...) para elevar ao máximo o nível de exploração do trabalhador e maximizar sua própria acumulação (pp.989). Tudo isto vem sendo aperfeiçoado desde a queda do “*ancient régime*”, e sua passagem à forma mais breve possível (pp.998). Como comitê gestor da burguesia, competirá ao Estado moderno sua marca mais indelével junto ao MPC: o de fiador do capital, ajudando-o sempre que dele necessitar, independente de como isto afetará a sua dívida pública, onde o “*credito público converte-se no credo do capital*” (pp.1002 - 1003)

Em seu livro – *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada* –, Engels defende esta mesma teoria, deixando claro que o Estado surge não do acaso, mas da necessidade de a classe ou sua fração detentora do poder, subjugar e espoliar a classe oprimida, mantendo o antagonismo sob controle e monopolizando o controle da violência.

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a efetividade da ideia ética”, “a imagem e a efetividade da razão”, como afirma Hegel [e] .É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado. (2019, pp. 252).

Lênin, após ter estudado estes mesmos autores e suas obras, publica em 1917 seu livro *O Estado e a revolução*, onde defende que Marx realmente sistematiza uma teoria do Estado, demonstrando a inconciliabilidade das classes pelos seus antagonismos, havendo uma necessidade de fencimento, de superação do Estado para que haja um governo genuinamente proletário, alçando-se a classe dominante (ditadura do proletariado).

[...] se o Estado é o produto do carácter inconciliável das contradições de classe, se ele é um poder que está acima da sociedade e que «cada vez mais se aliena da sociedade», então é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível não só sem uma revolução violenta mas também sem a destruição do aparelho do poder de Estado que foi criado pela classe dominante e no qual está encarnada esta «alienação». Esta conclusão, teoricamente clara por si mesma, foi tirada por Marx, como veremos mais adiante, com a mais completa precisão, na base da análise histórica concreta das tarefas da revolução. . (2021, pp. 04).

O objetivo deste trabalho foi de apresentar um outro material, que possa subsidiar as leituras de Marx e mostrar uma outra perspectiva, diferente da usual e hegemônica difundida pelo capital: olhar o Estado não como um consenso de classe em prol de uma vida melhor, mas como um ente a serviço do capital e suas frações de classe, que legitima e naturaliza a exploração do homem pelo próprio homem.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bossi. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA, Walmir. **Estado e poder político em marx**. Disponível em: chrome-extension://oemmndcblldboiebfnladdacbfmadadm/https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-2-estado_poderpolitico_marx.pdf. Acessado em: 01/02/2021

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada**. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcblldboiebfnladdacbfmadadm/file:///F:/manifesto-comunista-EP.pdf>. Acessado em 20/01/2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução: A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=2324. Acessado em: 20/01/2021

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a. Disponível em: chrome-extension://oemmndcblldboiebfnladdacbfmadadm/http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf/at_download/file. Acessado em 24 de dezembro de 2020.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011c. Disponível em: chrome-extension://oemmndcblldboiebfnladdacbfmadadm/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804654/mod_resource/content/0/Marx%20%20O%2018%20Brum%C3%A1rio%20de%20Lu%C3%ADs%20Bonaparte%20%28Boitempo%29.pdf. Acessada em 01/02/2021.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcblldboiebfnladdacbfmadadm/http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>. Acessado em 20/01/2021.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <chrome-extension://oemmndcblldboiebfnladdacbfmadadm/file:///F:/manifesto-comunista-EP.pdf>. Acessado em 20/01/2021.

PACHUKANIS, Evgeni Bronislávovich. **Teoria Geral do Direito e marxismo**. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

HOBBS, Thomas. **O leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de dados 20, 21, 22, 26

Análise espacial 186, 187, 190, 194, 195, 196, 207

Análise exploratória de dados espaciais (AEDE) 183, 186, 189, 204

C

Condomínios fechados 96, 97, 103, 106, 110, 112, 123

Contêineres 92, 94

Contratualismo 1, 2

D

Déficit habitacional 96, 98, 104

Desarrollo sostenible en México 77

E

Economia criativa 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75

Ecosistema criativo 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 75

Espaço planejado 119

Espaço urbano 98, 100, 101, 104, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 255

Espelho 232, 233, 234, 235, 237, 238

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 24, 52, 61, 67, 77, 78, 81, 85, 86, 89, 95, 96, 97, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 139, 159, 163, 171, 173, 183, 193, 195, 196, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 213, 214, 221, 225, 228, 230, 240, 242, 243, 245, 250, 254

F

Futebol 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

G

Gestão corporativa 16

Gestão de pessoas 170, 174, 179, 180, 181, 182

Gestão pública 242

Governança 15, 17, 19, 241, 254

I

Índice de qualidade de mobilidade urbana (IQMU) 124, 130, 131, 133, 134, 135

Índice de sustentabilidade empresarial – ISE 138, 140, 145, 153, 156

Instagram 236, 237

M

Medo 4, 108, 109, 110, 122, 221, 235

Meio ambiente 15, 18, 100, 138, 141, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167

Método de pesquisa 16, 20, 21

Mobilidade urbana 106, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Modelos de decisão 56, 57, 58, 61

Mundo do trabalho 170, 252

P

Pesquisa bibliográfica 17, 29, 169, 170, 208, 218, 220, 221

Processo decisório 56, 57, 61

Processo de gestão 56

R

Recursos humanos 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 256

Regimes autoritários 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228

Relações urbanas 97

Relatório integrado (RI) 15, 16, 17, 18, 19

Relatórios de administração (RA) 138, 140, 146, 149, 154

Responsabilidade corporativa 16

S

Selfie 232, 233, 236, 237, 238

Sistema nacional de transplantes (SNT) 185, 205, 206

Sustentável 15, 17, 73, 92, 99, 129, 136, 137, 147, 153, 154

T

Teoria materialista do Estado 7

Turismo 76, 137, 158, 159, 165, 166, 167, 168, 244, 248

Turismo e hospitalidade 159, 168

Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021